

## EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE: a compreensão de professoras de ciências e biologia sobre a diversidade sexual<sup>1</sup>

Yalin Brizola Yared\*

Geraldo Augusto Locks\*\*

### Resumo

Este texto privilegia um recorte da dissertação desenvolvida no Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Educação da Universidade do Planalto Catarinense: “A educação sexual na escola: tensões e prazeres na prática pedagógica de professores de Ciências e Biologia”. É um estudo sobre a compreensão e atuação de docentes licenciados em Ciências Biológicas que atuam em escolas da rede pública estadual de ensino de Lages/SC. Por meio de entrevistas semiestruturadas audiogravadas, os dados foram obtidos com seis professoras de Ciências e Biologia de cinco escolas estaduais e os depoimentos foram analisados qualitativamente e submetidos a uma análise de conteúdo, modalidade análise temática. *A posteriori* foram estabelecidas categorias e subcategorias. A análise das entrevistas sugere que a sexualidade no ambiente escolar ainda é apoiada nas concepções predominantes médico-higienista, na moral religiosa dogmatizada e na consumista-quantitativa. O apelo consumista a uma sexualidade banalizada e heteronormativa é muito forte nos meios de comunicação que chegam antes, durante e depois da educação escolar. Finalmente, os referenciais teóricos consultados sustentam a perspectiva da livre orientação sexual infanto-juvenil, enquanto direito humano fundamental, e pressupõe uma educação escolar emancipatória, que respeite a livre orientação sexual das crianças e adolescentes oportunizando uma educação integral, solidária e sexualmente feliz.

**Palavras-chave:** Professores de Ciências e Biologia. Diversidade Sexual. Educação Sexual Emancipatória.

## EDUCATION AND SEXUALITY: the understanding of teachers of science and biology of sexual diversity

### Abstract

This text favors a cut of the thesis developed in the Post-graduate studies in Education at the Universidade do Planalto Catarinense: “Sexual education in schools: tensions and pleasures in the pedagogical practice of teachers of Science and Biology”. It is a study on the understanding and performance of teachers licensed in Biological Sciences who work in public schools to state schools of Lages / SC. Through semiestruturadas audio taped interviews, data were obtained with six teachers of science and biology of five state schools and interviews were analyzed qualitatively and subjected to content analysis, thematic analysis mode. Categories and subcategories were established a posteriori. The data analysis suggests that sexuality in the school environment is still supported in the medical-hygienist prevailing conceptions, in moral and dogmatic religious consumer-quantitative. The appeal to a consumerist sexuality banal and heteronormative is very strong in the media who

<sup>1</sup> O presente texto foi originalmente publicado nos anais do evento: X Congresso Nacional de Educação - EDUCERE e I SIRSSE - Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação, no ano de 2011, na cidade de Curitiba, PUCPR. Para publicação nesta revista o texto sofreu modificações.

\*Mestra em Educação pela Universidade Planalto Catarinense. E-mail: yalinbio@gmail.com

\*\* Doutor em Antropologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor da Universidade do Planalto Catarinense. E-mail: Geraldolocks26@yahoo.com.br

come before, during and after school education. Finally, the theoretical consulted support the viewpoint of sexual orientation as a juvenile fundamental human right and requires an emancipatory school education, which respects the freedom of sexual orientation of children and adolescents providing opportunities for a holistic education, caring and sexually happy.

**Keywords:** Teachers of Science and Biology. Sexual Diversity. Sexual Education Emancipatory.

## Introdução

Este texto privilegia um recorte de dissertação desenvolvida no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade do Planalto Catarinense e procura responder dois objetivos. Primeiro, trazer para a cena o olhar de professoras de Ciências Biológicas que atuam em escolas da rede pública estadual de Lages/SC sobre a compreensão do tema da sexualidade proposto no currículo escolar. Segundo, frente às tensões, dificuldades e desafios encarados pelas professoras na prática pedagógica com estudantes cuja orientação sexual ‘rompe’ o padrão heteronormativo socialmente predominante, busca-se estabelecer um diálogo com alguns autores que trazem referenciais teóricos descortinadores de um universo cultural escolar plural e diverso onde o/a professor/a poderá problematizar e desnaturalizar seu olhar e sua prática pedagógica.

## Metodologia

Por meio de entrevistas semiestruturadas audiogravadas, os dados da pesquisa foram obtidos com 6 (seis) professoras de Ciências e Biologia de 5 (cinco) escolas estaduais. Os depoimentos das professoras foram analisados qualitativamente, na perspectiva apontada por Minayo (2010), e submetidos a uma análise de conteúdo, modalidade análise temática e estabelecidas as categorias e subcategorias *a posteriori*, as quais se encontram focadas neste trabalho: a compreensão da sexualidade e da diversidade sexual. A seguir, o quadro 1 apresenta características das professoras participantes:

Quadro 1: Caracterização dos sujeitos

Participantes	Sexo	Idade	Tempo de formação
Rubi	Fem	53	30
Pérola	Fem	49	28
Zircônia	Fem	42	22
Diamante	Fem	36	11

Safira	Fem	32	12
Esmeralda	Fem	31	10

**Fonte:** Dados organizados pelos autores, com base nas professoras entrevistadas<sup>2</sup>.

Durante as entrevistas, percebemos pelas expressões verbais e não verbais pessoas fantásticas, algumas possivelmente silenciadas pela repressão sexual que vivenciaram, outras por decidirem enfrentar fervorosamente esta realidade, buscando inconscientemente suas próprias liberdades. A força de vontade, a paixão pela educação e a esperança de um mundo melhor emanaram destas pessoas e nos contagiaram. Por esta razão, utilizamos nomes de pedras preciosas para identificar as professoras entrevistadas, pois realmente acreditamos que elas são as “jóias” que brilharam ao aceitar o convite para a pesquisa, proporcionando esta reflexão e inspiração para continuar seguindo, pois sem elas, este trabalho não existiria.

## A compreensão das professoras acerca da diversidade sexual

A escola é um espaço com grande potencial para se discutir sexualidade com seus alunos, professores e funcionários. O ambiente escolar é um lugar onde está se discutindo o conhecimento, onde se produz diálogo e reflexão. A diversidade no espaço escolar encontra-se cada vez mais presente e, logicamente, é acompanhada por repressão, por censura, pela discriminação, seja por parte dos próprios estudantes ou de professores e funcionários. (EGYPTO, 2003)

As professoras entrevistadas relatam grande preconceito presente na escola, inclusive por parte dos/as outros/as professores/as, principalmente por não acreditarem estar preparados para reconhecerem a diversidade, o que acaba resultando em muitas rotulações dos alunos, retraindo-os e prejudicando iniciativas de trabalho. Além do mais, as participantes que procuram tornar a transversalidade em uma ação significativa nas suas aulas já presenciaram ou vivenciaram alguma situação em que se sentiram constrangidas, receosas, impotentes por não saberem que posturas adotarem ou o que pensarem, diante de alunos homossexuais e transexuais presentes nas suas aulas.

<sup>2</sup>Os nomes das professoras participantes foram preservados substituindo-os por nomes de pedras preciosas. Nesta escolha não houve participação das entrevistadas e, optou-se por pedras preciosas devido ao incentivo e ânimo que as entrevistadas passaram aos pesquisadores, frente às situações de desânimo e angústia para efetivar as entrevistas. Foram convidadas 10 (dez) professoras, no entanto apenas 6 (seis) aceitaram o convite. Dentre as dificuldades apontadas: celulares que tocam até cair na caixa postal; as ligações da pesquisadora aos profissionais restringiam-se aos possíveis horários em que não estivessem em sala de aula; ligação em horário combinado, mas celulares desligados; celulares que tocam e depois são desligados; telefone residencial que ninguém atende; doenças; viagem de férias e, o principal: a excessiva carga horária dos/as profissionais.

Ressalta-se que a identidade é algo constituído pela diferença entre os sujeitos e, sendo a sexualidade mediada e construída por fatores culturais e históricos, pode-se assegurar que estas identidades são construídas e, conseqüentemente, instáveis e passíveis de transformação (SILVA, 2008; LOURO, 1997). A forma como o sujeito vivencia seus desejos e seus prazeres influenciam na sua identidade sexual, pois ela se constitui por meio das vivências sexuais, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto ou por não ter parceiros/as. Assim, “toda identidade sexual é um constructo instável, mutável e volátil, uma relação social contraditória e não finalizada”, (BRITZMAN apud LOURO 1997, p. 27, grifos da autora). E por sua vez, buscar a identidade significa encontrar-se consigo mesmo, o conhecimento de si próprio como unidade pessoal e que, por conseguinte, se distingue dos outros indivíduos (SANTA CATARINA, 1998).

Embora se admita que existem muitas formas de viver os gêneros e as sexualidades – homossexualidade, bissexualidade, heterossexualidade, transexualidade – a escola acaba por nortear suas ações por meio de padrão dito adequado, dito legítimo e dito normal de feminilidade e masculinidade e que, prontamente define a heterossexualidade como a única forma sadia e normal de o sujeito vivenciar a sua sexualidade. Logo, “a heterossexualidade é concebida como natural e também como universal e normal”, (LOURO 2007, p. 17, grifos da autora).

Neste sentido, a fala da professora Pérola apresenta este olhar:

Outra coisa importante que eu tenho observado, no dia a dia, na prática, nós já tivemos um grupo de alunos bem mais orientados nisso, hoje nós temos um grupo bem perdido. (Pérola)

A sociedade atual, em sua maioria, ainda ancora-se em uma matriz heterossexual e este sistema delimita padrões/regras a serem seguidos. No entanto, Louro (2004) explica que existem aqueles e aquelas que transgridem estas regras, fazendo com que estas normas sejam desestabilizadas, deslocadas, proliferadas, ao invés de repetidas. Porém, ao aderir o movimento de afastar-se desse padrão, entende-se que o sujeito buscou um desvio, significa sair do centro, o que o torna excêntrico. No entendimento de Louro (2010) “ex-cêntrico” é o esquisito, aquela, aquele ou aquilo que está fora do centro, o extravagante, o que tem um centro diferente ou pode-se dizer, “o perdido”.

Uma pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2004) com jovens de 15 a 29 anos revela um ponto extremamente polêmico: dos dez mil e cem jovens entrevistados no Brasil, 47% não querem

conviver com um vizinho gay. Mas a rejeição ao homossexual é maior em jovens de escolaridade mais baixa. Tem-se aqui, um grande alerta, porque “se quase a metade de nossos alunos/alunas manifestam reações homofóbicas ou algum tipo de preconceito contra grupos sexuais diferenciados, queremos nós – professores/professoras – permanecer impassíveis?”, (CARVALHO 2009, p. 21). A inquietação desta autora remete à importância da educação sexual na escola não desenvolver, por finalidade, a normalização das identidades sexuais e de gênero e, tampouco, a formação de juízos de valores. Mas, sim, que seja um trabalho coletivo transdisciplinar e problematizador das representações e significações sociais, num mundo pleno de diversidade.

Primeiramente, antes de refletir sobre algumas experiências das professoras em sala de aula, cabe discorrer brevemente sobre o termo “opção sexual” que ainda aparece em muitas falas de estudantes da educação básica, também nas falas de acadêmicos e profissionais da área da educação e saúde, inclusive em várias falas das professoras participantes. É necessário enfatizar que a homossexualidade não é uma opção, caso fosse, a heterossexualidade também deveria ser. “A homossexualidade é parte da personalidade do indivíduo, cresce e se desenvolve com ele, sendo ou não assumida ou expressa abertamente” (SUPLICY 1999, p. 259).

Ao dizer que os sujeitos fazem escolhas, indiretamente significa que pode existir uma desistência desta opção, o que permite estender esta análise à compreensão da sexualidade no entendimento médico e higienista<sup>3</sup>, onde percebe a homossexualidade como um desvio, uma doença, algo a ser curado. E conseqüentemente, acreditamos que esta ótica pode vir a formar profissionais da área da educação e saúde dispostos a “descobrir a *causa* desse *problema* para corrigi-lo” (LOURO 2004, p. 56, grifos da autora). Esta é uma possível realidade já que “uma infinidade de teorias médicas, psicológicas e religiosas é acionada para reconduzir essas mulheres e esses homens à posição *correta* e *sadia* – a heterossexualidade”, (LOURO 2000, p. 41 e 42, grifos da autora). Por isso, apoiamo-nos em Mott (2009) que explica:

Simplesmente, a criança ou o jovem começa a sentir atração afetiva e/ou sexual por pessoas do mesmo sexo, do sexo oposto, ou pelos dois sexos. Há certo consenso entre os estudiosos da Psicologia infantil em situar entre os 5 e 6 anos a idade onde começa a se definir nossa orientação sexual - e se fosse possível isolar um grupo de crianças de qualquer mensagem

<sup>3</sup>Reduz a sexualidade aos órgãos genitais e a um “problema” de saúde pública; a ênfase se dá na prevenção no contágio de DST/Aids; linguagem clínica utilizada, o que dificulta a compreensão da população; o sexo é classificado pelas disfunções e pelas anomalias sexuais; as práticas fora da heteronormatividade são consideradas patológicas; existe a negação do prazer, pois a única função do sexo é a reprodução. (SANTA CATARINA, 1998)

modeladora de seu papel de gênero – certamente, haveria um número equilibrado de homos, heteros e bissexuais. (MOTT 2009, p. 21)

Portanto, neste estudo utiliza-se a palavra orientação sexual para se referir ao foco de desejo dos sujeitos. Logo, a orientação sexual é parte da identidade dos sujeitos.

As professoras entrevistadas relataram que a escola está hoje com “muita, muita, muita” diversidade e que o preconceito em relação ao diferente está presente tanto no corpo docente como no discente, em graus variados de intensidade/tolerância. Mott (2009) apresenta dados estatísticos que asseguram ser 10% da população masculina e 6% da população feminina predominantemente homossexuais. Assim sendo, o autor faz o alerta para que familiares e profissionais da área da educação e saúde tenham em mente que nem todos os adolescentes, jovens e adultos com quem convivem, são “naturalmente” heterossexuais. Uma vez que,

Pelo menos uma pessoa, entre dez, provavelmente manifesta tendência ou pratica o homoerotismo – no mais das vezes, secretamente, dada a intolerância e perseguição que ainda hoje pesam contra os homossexuais. Intolerância que tem um nome científico: *homofobia* – aversão doentia contra a homossexualidade. (MOTT 2009, p. 18, grifos do autor)

A homofobia declara uma rejeição que se expressa àqueles e àquelas que apresentam interesses ou desejos distintos do padrão heterossexual. (LOURO, 2007) E a partir deste contexto, Esmeralda relata que trabalhou em uma turma de 2º ano do Ensino Médio onde tinha um aluno homossexual. Ela relata a situação:

Eu dei aula no 2º ano que tem um aluno que é... ele é... ele é totalmente diferente. Assim... e você acaba... assim... eu não me senti tão bem nessa turma, com medo de, de repente em alguma fala minha... é... eu sei lá... achar que ele fosse se sentir ofendido. Expor ele em algumas das minhas falas. Assim, eu não me senti tão bem. Pra ver como eu ainda trago um pouco de preconceito, de repente meu... não sei te dizer se seria bem preconceito, mas é que fiquei com medo da minha postura em relação àquela turma pela presença desse aluno. Ele é homossexual totalmente assumido, características totalmente afeminadas, suas ações, sua voz, modo de andar. (Esmeralda)

Permitimos deixar tantas pausas e repetições entre sua fala, para que então, consiga-se notar a dificuldade e o receio de se abordar o assunto, fator este reconhecido pela professora. Esmeralda também levanta a noção do preconceito, fato real, pois o/a professor/a transmite em sala de aula seus valores, mitos e tabus mesmo sem intenção (PCN, 1997; SANTA

CATARINA, 1998). As características do aluno – afeminado, ações, voz, modo de andar – referem-se aos papéis de gênero, os quais a Antropologia explica como os comportamentos esperados de homens e mulheres em sociedade. (GROSSI, 1998). Reproduzimos estes papéis impostos pela sociedade e percebe-se que comportamentos que saem desses padrões de masculinidade e feminilidade causam incomodações.

Esmeralda também não se sentia confortável na turma e tinha medo de falar alguma coisa que viesse a ofendê-lo. Relata:

Tinha um menino (na mesma turma) muito, muito, muito, assim... inquieto e inoportuno. E eu fui fazer um comentário e na hora que eu fiz o comentário assim, pra ver se o menino parava, eu: “Puxa vida!”... sabe, quando eu olhei pra ele... e pensei: “Nossa, esse menino tá aqui, eu não podia ter falado isso, como eu fui infeliz nessa fala”. E eu me senti mal com isso. Eu fiquei com medo de ter ofendido sem ter intenção. Então, a gente não tá tão preparado às vezes para algumas situações né... assim... nessa diversidade. (Esmeralda)

Destacamos também, no relato da participante, que o aluno é descrito como uma pessoa “diferente”, e acredito, logicamente, foi descrito desta forma devido às suas características mais “afeminadas”. Já dizia Louro (2004) que tudo que é estranho, esquisito e raro, é Queer. É o excêntrico, como descrito anteriormente, mas que não deseja nem pretende ser “integrado”, muito menos “tolerado”. Queer é o sujeito que possui jeito de pensar e agir que não aspira ao centro, inclusive, não o quer como referência. Ou seja,

Um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do “entre lugares”, do indecível. Queer é um corpo estranho, que incomoda, perturba, provoca e fascina. (LOURO 2004, p. 7 e 8, grifos da autora)

E por causar este incômodo, devem-se esclarecer aos pais e aos professores/as que os adolescentes e os jovens têm direito à livre orientação sexual. É um direito humano fundamental, garantido pelo Estatuto da Criança e Adolescente, pela Constituição Federal e por documentos internacionais de Direitos Humanos. (MOTT, 2009)

Igualmente, a professora Zircônia relata que teve há 6 (seis) anos, um aluno homossexual de 15 ou 16 anos numa 7ª série. Zircônia disse que no início das aulas ficou muito confusa, pois não identificou o aluno, o qual parecia uma menina. Frente à pergunta da “aluna” sobre a possibilidade de ser mãe e, concomitantemente a gargalhadas da turma, Zircônia encontrou-se em uma situação bastante embaraçosa. Em sua fala:

Nós tínhamos um menino homossexual. E ele até deixava bem claro que ele era. Só que no início, como eu não conhecia a turma, eu pensei que fosse

uma menina. Até o dia que ele veio perguntar pra mim se ele poderia ser mãe. Aí eu disse: “Por que você não pode ser mãe?”, daí a turma começou a cair na gargalhada porque eu não havia percebido né... ele pintava as unhas, assim... como menina. Aí eu disse: “Agora você vai ter que me dizer uma coisa, pra eu poder te responder. O teu órgão genital é masculino ou feminino?” Aí ele contou que ele era masculino. Eu disse que não era possível ele ter um filho, que ele não abrigava um útero né... pra criança e tal... E assim, eu fiquei muito assustada até no momento, porque ele ficou muito decepcionado, ele chorou. Ele queria que Deus desse um útero pra ele porque ele queria ser mãe. Então, aquilo me deixou extremamente chocada. Eu disse, quando eu conversei com ele: “Olha, você ganhou esse corpo que é um presente pra você”. “É professora, mas eu não sou homem. Eu sou mulher”. E eu disse: “Olha, isso não é nenhum defeito. Se você se sente assim, quem sabe você procura um psiquiatra, pra te ajudar pra responder respostas que você ainda não encontrou.” Alguma orientação assim, eu pedi pra ele. Você consegue psicólogos... E eu disse, biologicamente falando, falei pra ele mesmo assim, de uma célula masculina e feminina pra ser implantada num útero, você não tem útero. Impossível. Aquele menino me dizia assim: “Professora, eu nasci mulher com sexo diferente”. (Zircônia)

Além do constrangimento sentido por Zircônia, este relato expressa também o sofrimento que aquele aluno sentia. Mott (2009) alerta que 10% da população infanto-juvenil passam por constrangimento sexual por meio de violência psicológica. Os risos, as gargalhadas, ou seja, a discriminação com que é tratado pelos colegas pode causar sérios danos psicológicos nos sujeitos que quebram o padrão heteronormativo. Este autor, ao relatar sua própria história de vida, lembra que foi emocionalmente torturado todos os dias, várias vezes ao dia. E, acrescenta que “o pior de tudo, é que pessoa alguma jamais manifestou o menor apoio, solidariedade ou compaixão” (MOTT 2009, p. 21).

A professora Zircônia também relata que sentia muita pena, “muito dó” deste aluno. Quando lhe foi perguntado sobre o apoio oferecido, ela respondeu que não faltou acolhida por parte da escola, mas sim, da família dele. Diz também que ele queria se exhibir bastante em sala de aula e mudou-se de colégio quando foi para o Ensino Médio. Desde então, a última notícia que teve deste aluno foi por parte de outra professora, que o viu numa noite na rua trabalhando como garota de programa.

Cabe destacar uma breve análise sobre as palavras deste aluno citado pela professora Zircônia: “Eu sou mulher. (...) Nasci mulher com sexo diferente”. De acordo com Costa (2005), sugere um possível caso de transexualidade, pois este relato indica a possibilidade de que este menino sintasse assim por toda a vida, já que “desde a infância, os transexuais se sentem como uma pessoa que nasceu com o corpo *trocado*. São *almas* femininas, aprisionadas em corpos masculinos” (COSTA 2005, p. 205, grifos do autor). Assim sendo, o

autor salienta ainda que “não são homens que desejam se tornar mulheres. Eles, psicologicamente falando, são mulheres” (COSTA 2005, p. 206, grifos do autor).

Diante da delicada pergunta feita por seu aluno – “Eu posso ser mãe?”, possivelmente esta situação colocou a professora Zircônia novamente em uma situação constrangedora, visto que, ainda tinha que “enfrentar” os risos e o preconceito da turma. Em vários países o casamento homoafetivo está sendo uma realidade com respaldo legal, inclusive em país vizinho, a Argentina.

No dia 05 (cinco) de maio de 2011, o Brasil apresentou um exemplo de luta pela igualdade e cidadania: o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a união estável de homossexuais. Desta forma, os homossexuais podem ter os mesmos direitos, assegurados por lei que os heterossexuais, como por exemplo: herança, comunhão parcial de bens, pensão alimentícia e previdenciária, divisão da guarda e sustento dos filhos, entre outras. O caminho para garantir os direitos humanos ainda continua em razão da conquista pelo casamento civil. Além da inseminação in vitro, a adoção de crianças pode ser uma alternativa para casais homossexuais terem filhos, como também para transexuais, embora ainda por intermédio judicial. A fala do Ministro Luiz Fux ressalta a importância desta decisão pelo STF em razão aos direitos humanos: “A Suprema Corte concederá aos homoafetivos mais que um projeto de vida, um projeto de felicidade”<sup>4</sup>. De acordo com o Censo Demográfico 2010, existem mais de 60 mil casais homossexuais no Brasil, e, assim, estes casais poderão a partir de agora oficialmente reconhecer a união homoafetiva.

Todavia, “desprezar o sujeito homossexual era, e ainda é, em nossa sociedade, algo comum, compreensível, corriqueiro”, (LOURO 2004, p. 57, grifos da autora). Contudo, destacamos a informação de Mott (2009) que desde 1970, a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Conselho Federal de Psicologia, o Conselho Federal de Medicina e as principais Associações Científicas brasileiras e internacionais não consideram mais a homossexualidade como uma doença ou um desvio, mas, sim, como uma orientação sexual tão saudável quanto à heterossexualidade e a bissexualidade. Já afirmava Freud, citado por Grossi (1998), sobre a hipótese de que todos os indivíduos nascem portadores de uma bissexualidade psíquica, o que conseqüentemente reflete na possibilidade de se desejar tanto indivíduos do mesmo sexo quanto indivíduos do sexo oposto.

---

<sup>4</sup>Notícia extraída do site <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/05/supremo-reconhece-uniao-estavel-de-homossexuais.html> Acessado em 22/05/2011.

Nunes (2005) privilegia algumas reflexões sobre homossexualidade e características físicas, como algumas relatadas por Esmeralda e Zircônia – unhas pintadas, voz, modo de andar. O autor expõe que pesquisas mostram que a homossexualidade não se difere da heterossexualidade por diferenças físicas, como por exemplo, rótulos de “afeminados” para os homens e “mulher macho” para as mulheres. Em grande parte, às vezes, “os desajustes de comportamento dos homossexuais, exibicionismo, imaturidade ou a própria violência, são reações às formas de discriminação e preconceito com que a sociedade e a família tratam a sua condição”, (NUNES 2005, p. 78).

É tempo de se estancar tamanha violência e preconceito contra os homossexuais. Cabe ressaltar que muitas pesquisas mostram o aumento da violência contra a diversidade sexual no nosso país, pois de acordo com o superintendente de Direitos Individuais e Coletivos da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do estado, Cláudio Nascimento<sup>5</sup>, a homofobia representa-se como motivo presumido da violência, visto que o número de casos de discriminação contra a população LGBT atinge 10 a 12 mil casos por ano no Brasil. Inclusive já se contabilizou 205 casos de assassinatos na população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros (LGBT) entre janeiro e dezembro de 2010.

Mott (2009) afirma que a homossexualidade não sendo crime ou doença, questiona-se: por que ainda se impede de jovens homossexuais vivenciarem o livre exercício de sua identidade existencial?! Concordamos com o autor que ao almejar “curar” um jovem gay ou uma jovem lésbica, está ferindo o direito humano fundamental da livre orientação sexual. O artigo 18 do Estatuto da Criança e do Adolescente determina que “é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”, (MOTT 2009, p. 24).

A inquietação entre os professores diante destas questões ainda é muito grande. O desconhecimento e as dúvidas quanto às suas atitudes e/ou quanto ao diálogo em sala de aula, são constantes. Trazemos novamente Mott (2009), pois em seu artigo o autor fornece subsídios que contribuem na interação com jovens homossexuais. Os quais descrevemos brevemente: evitar escândalos ou expressões de surpresa, pois a homossexualidade sempre existiu, inclusive nesta faixa etária; procurar ganhar a confiança destes jovens, assim ele sentirá em você um aliado que poderá contar se sofreu atos de discriminação; oferecer apoio e solidariedade. O autor descreve que

---

<sup>5</sup>Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/DIREITOSHUMANOS/151535-PESQUISAS-MOSTRAM-AUMENTO-DA-VIOLENCIA-CONTRA-HOMOSSEXUAIS.html>>. Acessado em: 27/02/2012.

Tais jovens, geralmente, vivenciam profundos conflitos pessoais e sociais, pois costumam ser rejeitados pela família e pelos colegas. Ser gay, lésbica, travesti ou transexual não é um problema em si, nem reflete necessariamente transtornos familiares ou desajuste psicológico. O problema é a intolerância dos outros - que como os racistas e machistas, oprimem quem não é igual a si. (MOTT 2009, p. 26)

Finalmente, é importante que a escola, professores/as, funcionários e pais conheçam contatos de entidades e organizações gays para apoio aos jovens. Entretanto, em muitos casos, o acompanhamento psicológico é mais necessário aos familiares, inclusive os mais velhos, do que os próprios jovens. Faz-se necessário uma reeducação para a sexualidade no ambiente escolar, porém, não se trata de uma educação voltada à repressão, cura ou camuflagem da homossexualidade. Neste contexto, faz-se necessário educar para que o sujeito conheça seus desejos e, independente de sua orientação sexual, vivencie sua sexualidade de forma gratificante e realizadora.

### Considerações Finais

A compreensão da sexualidade nos depoimentos das professoras entrevistadas e o diálogo com os referenciais teóricos sobre a diversidade sexual no ambiente escolar indicam que toda comunidade educativa – a escola, os/as gestores, os/as técnicos/as, os/as professores/as, os/as estudantes e pais – pode abrir-se para o reconhecimento de uma identidade cosmopolita. As implicações desta atitude se materializam no respeito à diversidade de visões de mundo, de valores e de comportamentos. Isto remete também para o princípio da mobilidade, ou seja, uma visão e abertura para o mundo plural, diverso, onde convivem diferentes modos de existência social.

Outro aspecto a ser enfatizado diante dos conflitos que emergem da interação com estudantes que “rompem” o padrão heteronormativo e do trabalho do tema da sexualidade, torna-se um imperativo a escola migrar do seu isolamento para o estabelecimento de redes de apoio e ajuda mútua. Por exemplo, os contatos e intercâmbios com organizações não-governamentais, particularmente, com entidades e organizações gays para apoio aos jovens e, em muitos casos, garantir o acompanhamento psicológico necessário aos familiares, inclusive aos mais velhos, do que os próprios jovens.

Sugere-se que seja retomada com urgência a avaliação dos currículos nos quais se expresse uma educação numa perspectiva identitária e existencial. Uma formação do

profissional contemporâneo capaz de permitir-lhe a libertar-se das armadilhas da “disciplina”, para praticar a filosofia da suspeita, isto é, a problematização constante, para assumir o seu e os corpos com quem se relaciona e trabalha como mediação de pessoas e da vida social, tomando-os também como objeto/sujeito de conhecimento. Praticar a filosofia da suspeita neste contexto implica em todo tempo e lugar desnaturalizar conceitos, valores, visão de mundo e condutas que mantêm olhares e práticas pedagógicas de caráter essencialistas para traduzi-las numa perspectiva existencialista, ou seja, pensadas, reconstruídas ou ressignificadas cotidianamente. É nesta perspectiva que se torna relevante trabalhar a educação sexual emancipatória, visando autonomia e respeito aos direitos humanos.

Uma parcela significativa dos cursos de licenciaturas ainda apresenta uma formação desumanizadora destes profissionais, visto que a sexualidade permanece num currículo oculto da omissão, onde os/as professores/as são expropriados do entendimento desta dimensão e alienadamente educados para uma concepção de sexualidade reducionista e tecnicista. Para que isso se concretize, é necessário que as Universidades, juntamente com o Estado, assumam a responsabilidade de contribuir para a formação inicial e continuada dos/as professores/as que atuam na rede pública de ensino, de forma regular e sistemática, numa tentativa de reeducar sexualmente estes profissionais. Esta é uma tarefa a que as Universidades não podem mais se esquivar.

Consequentemente, faz-se também necessário uma reeducação para a sexualidade no ambiente escolar, porém, como reafirma diferentes autores, como Cabral (1995), Melo (2004), Figueiró (2006) e Nunes (2005), não se trata de uma educação voltada à repressão, cura ou camuflagem das diversas orientações sexuais. Diante da demanda de formação, de lacunas de conhecimento apresentada pelas professoras entrevistadas, impõe-se a necessidade de se desenvolver uma estratégia de educação permanente entre estes, isto é, a reflexão crítica sobre a prática pedagógica escolar cotidiana. Abrir ainda possibilidades para que os estudantes conheçam seus desejos e, independente de sua orientação sexual, vivenciem sua sexualidade de modo gratificante e realizador. Este pode ser um caminho na direção de uma educação sexual emancipatória, que respeite a livre orientação sexual das crianças e adolescentes oportunizando uma educação identitária, existencial, solidária e sexualmente feliz.

## Referências

- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: orientação Sexual*. Brasília: MEC. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, 1997.
- CABRAL, Juçara Teresinha. *A sexualidade no mundo ocidental*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995.
- CARVALHO, Fabiana Aparecida de. Que saberes sobre sexualidade são esses que (não) dizemos na escola? In: *Educação sexual: em busca de mudanças*. Mary Neide Damico Figueiró (org.) – Londrina: UEL, 2009.
- COSTA, Ronaldo Pamplona da. *Os onze sexos: as múltiplas faces da sexualidade humana*. 4. Ed. Ver. E ampl. São Paulo: Kondo Editora, 2005.
- EGYPTO, Carlos. (Org.) *Orientação sexual na escola: um projeto apaixonante*. – São Paulo: Cortez, 2003.
- FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. *Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível*. – Campinas, SP: Mercado das Letras; Londrina, PR: Eduel, 2006.
- GROSSI, Miriam Pillar. *Identidade de gênero e sexualidade*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998. 17 p. 8058.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Currículo, gênero e sexualidade*. Porto - Portugal: Porto Editora, 2000.
- \_\_\_\_\_. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Guacira Lopes Louro (Org.); Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva – 2ª. Ed., 3ª reimpressão – Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- \_\_\_\_\_. Currículo, gênero e sexualidade: o “normal”, o “diferente”, o “excêntrico”. In: *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. (organizadoras). 5ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- MELO, Sonia Maria Martins de. *Corpos no espelho: a percepção da corporeidade em professoras*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8ª Ed. – São Paulo: Hucitec, 2010.

MOTT, Luiz. O jovem homossexual: noções básicas para professores, jovens gays, lésbicas, transgêneros e seus familiares. In: *Educação sexual: em busca de mudanças*. Mary Neide Damico Figueiró (org.) – Londrina: UEL, 2009.

NUNES, César Aparecido. *Desvendando a sexualidade*. Campinas, SP: Papyrus. 7ª Edição, 2005.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. *Proposta curricular de Santa Catarina: Educação infantil, ensino fundamental e médio: temas multidisciplinares*. – Florianópolis: Cogen, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* / Tomaz Tadeu da Silva (org.) Stuart Hall, Kathryn Woodward. 8. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SUPLICY, Marta. *Conversando sobre sexo*. 20ª Edição Atualizada. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

**Recebido em:** março de 2012  
**Aprovado em:** junho de 2012